

RELATÓRIO ANUAL 2025





SUMÁRIO



1 / Identificação

2 / Conselhos e Diretoria

3 / Mensagem da Diretoria Executiva

5 / Retrospectiva 2025

27 / Indicadores de Desempenho

35 / Portifólio de Produtos

71 / Parecer da Auditoria

1 / Agências

3 / Mensagem do Conselho de Administração

4 / Mensagem do Presidente

19 / Demonstrações Financeiras

33 / Área de Atuação

37 / Notas Explicativas

75 / Parecer do Conselho Fiscal



IDENTIFICAÇÃO

Razão Social:

Cooperativa de Crédito Noroeste de Minas Ltda.

Endereço – Sede:

Rua São José, 667 – Centro – CEP: 38.610-026

Cidade:

Unaí – Minas Gerais

Data da Constituição:

29 de abril de 1994

Início de Atividades:

13 de setembro de 1994

Autorização de Func. BACEN:

9400342280

Registro na JUCEMG:

31400008128

Registro na OCEMG:

1120

CGC/CNPJ:

86.564.051/0001-61

Inscrição Estadual:

Isento

Inscrição Municipal:

011400

Estatuto Social:

Revisão aprovada pela AGE de 2025

Telefones:

(38) 3676-1532 / 99996-4283

E-mail:

comunicacao@sicoobnoroeste.com.br

Site:

www.sicoobnoroeste.com.br

Facebook:

sicoobnoroestedeminas

Instagram:

@sicoobnoroestedeminas

Linkedin:

Sicoob Noroeste de Minas

AGÊNCIAS

Agência Sede – Unaí/MG

Rua São José, 667

Centro – CEP: 38.610-026

(38) 3676-1532 / 99900-1684

Agência Capul – Unaí/MG

Rua Prefeito João Costa, 1.375

Bloco: 10; Loja: 01 – Barroca – CEP 38.616-064

(38) 3676-6599 / 99753-3844

Agência Centro – Unaí/MG

Av. Gov. Valadares, 904

Centro – CEP 38.610-014

(38) 3676-3649 / 99911-1596

Agência Arinos/MG

Av. Aristóteles F. Valadares, 1.642

Centro – CEP: 38.680-000

(38) 3635-1811 / 99989-6940

Agência Buritis/MG

Av. Bandeirantes, 940 – Centro

CEP: 38.660-000

(38) 3662-2029 / 99926-5095

Agência Formoso/MG

Rua Teodomiro Carneiro, 224

Centro – CEP: 38.690-000

(38) 3647-1190 / 99745-9576

Agência São Sebastião/DF

Av. Comercial, 2121 – CEP: 71.691-083

(61) 99884-6529

Agência Digital

(38) 99743-3422



CONSELHOS E DIRETORIA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

José Humberto de Faria

Vice-Presidente:

Liliane Caramori Bianco Queiroz

Conselheiros:

Laerte do Nascimento Chediak

Lana Lúcia da Silva

Versol Frank Junio da Silva Agostinho

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Bruno Altino de Barros – Coordenador

Jaicler Ferreira de Andrade

Marcus Antônio R. Castro

Suplente:

Vicente José da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo:

Alon da Costa Vale

Diretor de Negócios:

Daniel Ben Hur do Couto

Diretora de Riscos e Controles:

Kerley Martins Ferreira Bueno



Mensagem do Conselho de Administração

Prezados cooperados,

O ano de 2025 foi marcado pelo compromisso de uma gestão responsável, estratégica e alinhada aos princípios do verdadeiro cooperativismo.

Ao longo do período, seguimos comprometidos em fortalecer a governança, garantir a sustentabilidade da cooperativa e apoiar decisões que estejam alinhadas às necessidades dos nossos cooperados e das comunidades onde atuamos.

Nossa atuação é orientada pelo propósito de: conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade. Buscamos conduzir nossas decisões com responsabilidade e imparcialidade, assegurando que cada iniciativa contribua para o desenvolvimento da cooperativa.

Acreditamos que a força de uma cooperativa está na sua capacidade de estar próximo, de compreender diferentes realidades e de gerar impacto positivo. Por isso, seguimos atuando de forma atenta e participativa, reforçando nosso compromisso de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para o crescimento coletivo.

Os avanços alcançados são resultados de um trabalho conjunto, pautado na transparência, na ética e na participação. Seguiremos firmes, com responsabilidade e visão de longo prazo, visando tornar o Sicoob Noroeste de Minas uma cooperativa cada vez mais sólida, próspera e relevante para todos.

Agradecemos a confiança e a participação dos nossos cooperados.

Conselho de Administração

Sicoob Noroeste de Minas

Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados cooperados,

Em 2025, diante de um cenário desafiador, o Sicoob Noroeste de Minas manteve a atuação da Diretoria Executiva fortemente orientada à eficiência, à proximidade com os cooperados e à evolução contínua de seus serviços.

Seguimos empenhados em oferecer soluções cada vez mais acessíveis, inovadoras e alinhadas às necessidades dos nossos cooperados. Mais do que disponibilizar produtos financeiros, nossa atuação está fundamentada no cuidado, na escuta ativa e na construção de relações de confiança.

Trabalhamos para estar presentes de forma efetiva no dia a dia, compreendendo as necessidades e contribuindo para cada conquista. Esse compromisso também se estende à comunidade, fortalecendo nossa atuação de forma participativa e conectada com o desenvolvimento local.

Seguiremos trabalhando com consistência e propósito, garantindo a sustentabilidade e solidez da cooperativa, na certeza que oferecer a melhor experiência para o nosso cooperado, é contribuir com o resultado que fortalece cada dia mais o Sicoob Noroeste de Minas.

Agradecemos a confiança dos nossos cooperados, o empenho dos nossos colaboradores e a parceria de todos que fazem parte dessa trajetória.

Diretoria Executiva

Sicoob Noroeste de Minas





Mensagem do Presidente

Prezados cooperados,

O ano de 2025 foi marcado por trabalho árduo e com avanços importantes na consolidação do Sicoob Noroeste de Minas como uma cooperativa sólida, próxima e comprometida com o desenvolvimento da nossa região.

O propósito de fortalecer nossa atuação e ampliar oportunidades segue firme, garantindo que cada iniciativa esteja conectada às necessidades dos nossos cooperados. Mais do que oferecer soluções financeiras, buscamos estar presentes de forma significativa na vida das pessoas, contribuindo para o seu crescimento, segurança e bem-estar.

Temos a convicção de que cuidar do nosso cooperado é o que sustenta a nossa essência. Por isso, trabalhamos diariamente com atenção, responsabilidade e proximidade, buscando compreender cada realidade e oferecer soluções personalizadas e que realmente façam sentido.

Essa mesma responsabilidade se estende à comunidade. Acreditamos que onde houver um cooperado, ali também deve estar a nossa presença, apoiando, contribuindo e participando ativamente do desenvolvimento local. É assim que fortalecemos vínculos e cumprimos o nosso papel como cooperativa.

Acreditamos que o desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, pelo fortalecimento das nossas comunidades, empresas e principalmente das pessoas, que fazem tudo isso acontecer.

Olhando para o futuro, permanecemos determinados a evoluir continuamente, investindo em tecnologia, em pessoas e em iniciativas que reforcem nosso papel como agentes de transformação econômica e social.

Agradeço a confiança de cada cooperado, o empenho dos nossos colaboradores e a parceria de todos que caminham conosco. Seguiremos juntos, construindo um futuro cada vez mais próspero, com cooperação, solidez e propósito.

José Humberto de Faria

Presidente – Sicoob Noroeste de Minas



++++++
++++++

RETROSPECTIVA





Workshop Upgrade – 3ª Edição

Em fevereiro de 2025, o Sicoob Noroeste de Minas realizou a 3ª edição do Workshop de Negócios, reunindo a liderança da cooperativa e colaboradores de todas as agências para um momento estratégico de alinhamento e planejamento.

O encontro foi marcado pelo reconhecimento dos destaques do ano anterior, valorizando os resultados alcançados e o desempenho das equipes, além da definição das metas

e direcionamentos para 2025.

Mais do que um evento, o workshop reforçou o compromisso da cooperativa com a evolução contínua, o fortalecimento da equipe e a construção de resultados sustentáveis, sempre com foco no desenvolvimento dos cooperados e da comunidade.



Posse Novo Conselho

No dia 6 de março de 2025, o Conselho de Administração do Sicoob Noroeste de Minas reuniu-se para a designação do novo presidente da cooperativa, marcando um momento importante na condução estratégica da instituição.

Na ocasião, o então vice-presidente José Humberto de Faria assumiu a presidência, e a conselheira Liliane Caramori Bianco Queiroz passou a ocupar a vice-presidência, formalizando a nova composição do Conselho de Administração.

A reunião reforçou o compromisso com a responsabilidade, a transparência e a atuação estratégica, assegurando o direcionamento sólido e sustentável da cooperativa.



Ação Mês da Mulher

Durante o mês de março, em celebração ao Mês da Mulher, as colaboradoras do Sicoob Noroeste de Minas participaram de uma ação voltada ao cuidado com a saúde e o bem-estar.

Na ocasião, foram realizadas idas ao hospital para a realização de exames preventivos, reforçando a importância da prevenção e do acompanhamento da saúde feminina.

A iniciativa evidencia o compromisso da cooperativa com a valorização das pessoas, promovendo ações que incentivam o cuidado, a qualidade de vida e o bem-estar das colaboradoras.



Pré Assembleias 2025

No mês de abril, o Sicoob Noroeste de Minas realizou as pré-assembleias nas cidades de Unaí, Arinos, Buritis e Formoso, promovendo momentos de diálogo e proximidade com os cooperados.

Os encontros foram fundamentais para apresentar

informações relevantes, esclarecer dúvidas e fortalecer a participação dos associados nas decisões da cooperativa.

A iniciativa reforça o compromisso com a transparência, a gestão democrática e a valorização da participação ativa dos cooperados.



Arinos



Buritis



Formoso



Unaí

Onda Verde

Foi realizada a terceira edição da Ação Onda Verde, ação voltada ao fortalecimento do relacionamento com o comércio local e à ampliação das soluções oferecidas aos cooperados.

A iniciativa promoveu a aproximação com empresários e parceiros, incentivando negócios e contribuindo para o desenvolvimento econômico das cidades onde a cooperativa está presente.

Mais uma vez, a Onda Verde do Sicoob Noroeste de Minas reforçou o papel da cooperativa como agente de desenvolvimento, atuando de forma próxima e ativa junto à comunidade.



Assembleia Geral Ordinária (AGO)

O Sicoob Noroeste de Minas realizou a Assembleia Geral Ordinária, reunindo cooperados para a deliberação dos principais temas relacionados ao exercício da cooperativa.

Foram apresentados os resultados, demonstrativos e decisões estratégicas, garantindo transparência e participação ativa dos associados na condução da instituição.

O momento reforça a essência do cooperativismo, baseada na gestão democrática, no engajamento dos cooperados e na construção coletiva dos caminhos da cooperativa.



31 Anos

No dia 29 de abril de 2025, foram celebrados os 31 anos de história, marcados por uma trajetória construída com base na cooperação, na confiança e no compromisso com o desenvolvimento da região.

Ao longo desses anos, a cooperativa consolidou sua atuação, ampliou sua presença e fortaleceu o relacionamento com seus cooperados, mantendo sempre o foco nas pessoas e nas comunidades onde está inserida.

A data representa não apenas a celebração de conquistas, mas também o reconhecimento de todos que fazem parte dessa história e contribuem, diariamente, para o crescimento coletivo.



Festa da Moagem e dos Carros de Boi de Unai

Participamos da tradicional Festa da Moagem e dos Carros de Boi de Unai, valorizando a cultura local e fortalecendo as nossas raízes.

A presença na ação reforça a importância de estar junto da comunidade, apoiando iniciativas que preservam tradições e mantêm viva a identidade da nossa região.

Mais do que apoiar, é fazer parte, celebrando, junto com as pessoas, aquilo que nos conecta e representa.





Cavalgada Solidária

Participamos da Cavalgada Solidária, iniciativa que reuniu a comunidade em um momento de integração, tradição e solidariedade.

O evento promove a arrecadação de recursos que são destinados a entidades beneficentes e clubes de serviço da

cidade, contribuindo diretamente para ações sociais e o bem-estar coletivo.

A presença na ação fortalece os laços com a comunidade e evidencia o compromisso com iniciativas que promovem união, cultura e solidariedade.



AgroBrasília 2025

Participamos de mais uma edição da AgroBrasília, um dos principais eventos do agronegócio da região, reforçando a proximidade com o produtor rural e o compromisso com o desenvolvimento do campo.

Durante o evento, foram apresentadas soluções financeiras voltadas ao agro, fortalecendo o relacionamento com cooperados e parceiros, além de ampliar oportunidades de negócios.

A participação reafirma a conexão com o setor que está na origem da cooperativa, valorizando o agro e contribuindo para o crescimento sustentável da região.



17º Leilão Beneficente Arca de Noé

Participamos do 17º Leilão Beneficente Arca de Noé, iniciativa que mobiliza a comunidade em prol de causas sociais e do apoio a instituições locais.

A ação reforça a importância da solidariedade e da união de esforços, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e o fortalecimento das entidades beneficiadas.

Mais do que participar, é somar forças em iniciativas que fazem a diferença na vida das pessoas e na comunidade.



Dia de Campo Fazenda Primavera

Participamos do Dia de Campo na Fazenda Primavera – Vitrines Técnicas Supra Sementes, fortalecendo a conexão com o agronegócio e acompanhando de perto as inovações e práticas do setor.

Na ocasião, a vice-presidente Liliane Queiroz, recebeu a equipe, reforçando a proximidade com os parceiros e o compromisso com o desenvolvimento do campo.

A presença no evento evidencia a atuação junto ao produtor rural, valorizando o conhecimento, a troca de experiências e o crescimento sustentável do agro.



Dia de Campo Coopervap – 1ª Vitrine do Milho

Participamos do Dia de Campo Coopervap – 1ª Vitrine do Milho, acompanhando de perto as inovações e boas práticas voltadas à produção agrícola.

O evento proporcionou a troca de conhecimentos e o fortalecimento do relacionamento com produtores e

parceiros, reforçando a proximidade com o agronegócio.

A presença na ação evidencia o compromisso com o desenvolvimento do campo, apoiando iniciativas que contribuem para a evolução e a sustentabilidade da produção rural.



Doação de Alimentos AMMAR Arinos

Foi realizada a doação de alimentos à AMMAR de Arinos, contribuindo com o atendimento e as atividades desenvolvidas pela instituição.

A AMMAR – Associação de Meninas e Meninos de Arinos e Região – atua na defesa de direitos sociais e no cuidado de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, desempenhando um papel essencial na comunidade.

A iniciativa reforça o compromisso com o apoio a instituições que promovem acolhimento e oportunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.



Novena de Nossa Senhora do Carmo – Unaí

Participamos da Novena de Nossa Sra. do Carmo, em Unaí, contribuindo para a valorização das iniciativas comunitárias e o fortalecimento dos laços com a população.

Durante todos os dias do evento, foi realizada a utilização da Sipag, apoiando as vendas e facilitando as transações de forma prática e segura.

O momento foi marcado pela fé, pela união e pela integração, reforçando a proximidade com a comunidade e o apoio a iniciativas que fazem parte da nossa cultura e do dia a dia das pessoas.



Unaí Rodeio Festival – Unaí

Participamos de mais uma edição do Unaí Rodeio Festival, em Unaí, reforçando a presença junto à comunidade em um dos maiores eventos da região.

Durante os três dias de evento, foi montado o Espaço do Cooperado, proporcionando conforto, interação e proximidade com o público, além de ações especiais e atendi-

mento aos cooperados. A edição contou ainda com a presença do presidente do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), Miguel Oliveira.

A participação no festival fortalece o comércio local e a comunidade, apoiando a cultura local e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.





Palestra – Autoconhecimento Sistêmico Financeiro para Mulheres e Seus Negócios

Em parceria com o Sebrae, promovemos a palestra “Autoconhecimento Sistêmico Financeiro para Mulheres e Seus Negócios”, proporcionando um momento de aprendizado, troca de experiências e desenvolvimento pessoal e profissional.

A iniciativa reuniu participantes interessadas em fortalecer sua relação com as finanças e aprimorar a gestão dos seus negócios, contribuindo para o crescimento sustentável e a autonomia financeira.

A ação reforça o compromisso com a educação financeira e com o incentivo ao empreendedorismo feminino, apoiando o desenvolvimento das mulheres na comunidade.



AgroBuritis

Participamos da AgroBuritis, fortalecendo a presença junto ao agronegócio e o relacionamento com produtores rurais e parceiros da região.

O evento proporcionou momentos de proximidade, troca de experiências e apresentação de soluções voltadas ao campo, contribuindo para o desenvolvimento das atividades rurais.

A participação reforça a conexão com o agro, valorizando o setor e apoiando o crescimento sustentável da região.



Agrotech – Unai

Participamos da Agrotech, em Unai, evento voltado à inovação e ao desenvolvimento do agronegócio, reforçando a proximidade com produtores, empresários e parceiros da região.

Durante o evento, foi realizado o Café com o Zé, um momento de diálogo e proximidade com os cooperados, promovendo a troca de ideias, o fortalecimento de vínculos e a escuta ativa das demandas do público.

A ação proporcionou conexão com novas tecnologias, troca de conhecimentos e fortalecimento de relacionamentos, contribuindo para a evolução do setor e o desenvolvimento sustentável do agro.



Circuito do Amor Etapa Buritis

Apoiamos o Circuito do Amor – Etapa Buritis, iniciativa solidária que percorre cidades da região arrecadando recursos por meio de leilões beneficentes.

A ação contribuiu diretamente com as APAEs do Noroeste Mineiro, fortalecendo instituições que desempenham um papel essencial no cuidado e desenvolvimento de pessoas com deficiência.

A participação reforça o compromisso com o apoio a iniciativas que geram impacto social, promovendo solidariedade e contribuindo para o bem-estar da comunidade.



Leilão Neloire Dama

Marcamos presença no Leilão Neloire Dama, fortalecendo o relacionamento com o agronegócio e acompanhando de perto iniciativas relevantes para o setor.

O evento reuniu produtores, parceiros e lideranças, promovendo oportunidades de negócios, troca de experiências e valorização da genética e da produção pecuária.

A participação reforça a proximidade com o agro, apoiando ações que contribuem para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade rural na região.



Dia de Cooperar

Participamos do Dia de Cooperar, promovendo uma ação solidária voltada às crianças atendidas pelo CEM – Centro Educacional do Menor.

Em parceria com a Coagril, Capul e Credicopa, foi proporcionado um momento de diversão, integração e cuidado, levando alegria e fortalecendo os vínculos com a comunidade.

A iniciativa reforça os princípios do cooperativismo, unindo esforços para gerar impacto positivo e contribuir com o desenvolvimento social, especialmente junto às crianças e famílias atendidas.



5º Fórum Integrativo Confebras

Participamos do 5º Fórum Integrativo Confebras, evento que reuniu lideranças do cooperativismo para troca de experiências, conhecimento e alinhamento estratégico.

A edição contou com a presença de todo o Conselho de Administração, reforçando o compromisso com a capacitação contínua e o fortalecimento da governança.

A participação no fórum contribui para o aprimoramento das práticas e para a construção de uma cooperativa cada vez mais preparada para os desafios e oportunidades do setor.





Encontro de Jovens Cooperativistas

Participamos do Encontro de Jovens Cooperativistas, em parceria com a Coagril e a Capul, iniciativa voltada ao incentivo da participação dos jovens no cooperativismo e ao desenvolvimento de novas lideranças.

O evento proporcionou momentos de aprendizado, troca de experiências e fortalecimento dos valores cooperativis-

tas, despertando o protagonismo e o senso de pertencimento entre os participantes.

A ação reforça o compromisso com a formação de futuras lideranças e com a continuidade dos princípios que sustentam o cooperativismo.



Prêmio Mérito Empresarial 2025 – Federaminas

Recebemos o Prêmio Mérito Empresarial 2025, concedido pela Federaminas, reconhecimento que valoriza empresas e instituições que se destacam pelo desempenho e contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

A conquista evidencia o compromisso com a excelência, a gestão responsável e a atuação próxima junto à comunidade.

O reconhecimento reforça a credibilidade da cooperativa e o trabalho consistente realizado ao longo dos anos, sempre com foco nas pessoas e no desenvolvimento da região.



Bússola Financeira

Promovemos o evento Bússola Financeira, em parceria com o Sebrae, proporcionando um momento de aprendizado e desenvolvimento voltado à educação financeira.

A programação contou com a palestra do especialista Gustavo Cerbasi, que trouxe reflexões e orientações sobre planejamento, organização e tomada de decisões financeiras.

O evento reuniu participantes em um ambiente de troca de experiências e conhecimento, reforçando o compromisso com a orientação financeira e com o desenvolvimento das pessoas e da comunidade.



Mérito Empresarial ACE/CDL – Unaí

Recebemos o Mérito Empresarial ACE/CDL – Unaí, nas categorias Instituição Financeira/Banco e Cooperativa de Crédito, reconhecimento que valoriza empresas e instituições que se destacam pela atuação, credibilidade e contribuição para o desenvolvimento local.

A conquista evidencia o compromisso com a excelência, a proximidade com a comunidade e a qualidade dos serviços prestados.

O reconhecimento reforça o trabalho consistente realizado, pautado na confiança, no relacionamento e no desenvolvimento das pessoas e da região.



Plantio de Mudanças de Ipê – Buritis

Realizamos o plantio de mudas de ipê em Buritis, contribuindo para a preservação ambiental e o cuidado com o meio ambiente.

A ação reforça a importância de iniciativas sustentáveis, promovendo a conscientização e incentivando práticas que

geram impacto positivo para as futuras gerações.

Mais do que plantar, é cultivar cuidado, responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável da comunidade.



Assembleia Geral Extraordinária (AGE) 2025

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 2025 foi realizada de forma virtual, ampliando o acesso e a participação dos cooperados.

Durante a assembleia, os associados presentes votaram favoravelmente às deliberações apresentadas, reforçando a confiança na condução da cooperativa.

O formato digital reforça o compromisso com a inovação, a transparência e a participação democrática.



*Aqui,
você cresce
junto com
a gente!*

SICOOB
Noroeste de Minas

Cuidando
de **VOCÊ**

Agência Sede | Agência Capul | Agência Centro | Agência Arinos | Agência Buritis | Agência Formoso | Agência São Sebastião | Agência Digital
Unai/MG | Unai/MG | Unai/MG | Arinos/MG | Buritis/MG | Formoso/MG | São Sebastião/DF | Brasil

SUPER CAPITAL PREMIADO

SICOOB NOROESTE DE MINAS

A campanha Super Capital Premiado marcou o ano de 2025 como uma das principais iniciativas da cooperativa, promovendo engajamento, valorização dos cooperados e fortalecimento do relacionamento.

Ao longo de toda a campanha, os participantes tiveram a oportunidade de concorrer diariamente a prêmios instantâneos, tornando a experiência ainda mais dinâmica e incentivando a participação ativa dos cooperados.

A cada capitalização realizada, novos números da sorte eram gerados, ampliando as chances de premiação e reforçando a importância de investir no próprio futuro por meio da cooperativa.

Além de movimentar o ano com premiações constantes, a campanha contribuiu para o fortalecimento do capital social, impulsionando o crescimento sustentável e ampliando a capacidade de gerar ainda mais benefícios para todos os cooperados.

A campanha foi encerrada com o grande sorteio de uma Ford Ranger Black 0 km, coroando um ano de participação, engajamento e reconhecimento aos cooperados.

Mais do que uma campanha, o Super Capital Premiado representa a união entre planejamento financeiro, cooperação e reconhecimento, valorizando quem acredita e cresce junto com a cooperativa.



Visitas às Comunidades e Cooperados

Ao longo de 2025, nosso time esteve presente de forma ativa nas comunidades e junto aos cooperados, realizando visitas que fortaleceram o relacionamento e a proximidade no dia a dia.

Esses momentos foram fundamentais para compreender de perto as necessidades, ouvir os cooperados e acompanhar a realidade de cada localidade, permitindo uma atuação mais estratégica, humana e alinhada às demandas de cada público.

Durante as visitas, foram compartilhadas orientações, apresentadas soluções financeiras e promovidas ações de educação financeira, contribuindo para decisões mais conscientes e para o fortalecimento da autonomia dos cooperados.

A presença constante da equipe reforça o compromisso de

estar próximo, disponível e atento, fortalecendo vínculos e construindo relações baseadas na confiança e no cuidado com as pessoas.

Mais do que visitas, são conexões que fortalecem a cooperativa, impulsionam o desenvolvimento das comunidades e consolidam uma atuação cada vez mais presente, próxima e relevante.





CAMPANHA Natal SOLIDÁRIO 15 Especial

Em 2025, a campanha Natal Solidário celebrou um marco histórico: 15 anos de uma trajetória construída com base na solidariedade, na cooperação e no compromisso com quem mais precisa.

Desde o lançamento da campanha, a mobilização tomou forma em todas as agências e comunidades, envolvendo cooperados, colaboradores e parceiros em uma grande corrente do bem. Ao longo dos meses, foram realizadas diversas ações de incentivo à doação, fortalecendo o engajamento e ampliando o alcance da iniciativa.

A campanha contou com pontos de arrecadação em todas as agências, além da possibilidade de contribuição via PIX, facilitando a participação de toda a comunidade. A cada doação, reforçava-se o propósito de transformar pequenos gestos em grandes resultados.

Mais uma vez, a união de esforços fez a diferença. Parceiros importantes somaram-se à campanha, contribuindo de forma significativa para o volume arrecadado e para a logística de organização e transporte dos alimentos.

O ponto alto da campanha foi a entrega das doações ao Hospital de Amor, em Barretos/SP. Em sua 15ª edição, o Natal Solidário alcançou um resultado recorde, com o envio de três carretas carregadas de alimentos, totalizando mais de 75 toneladas.

Os itens arrecadados foram cuidadosamente selecionados para atender às necessidades do hospital, contribuindo diretamente para a alimentação de pacientes e acompanhantes. Estima-se que as doações sejam suficientes para abastecer a instituição por aproximadamente quatro meses.

Mais do que números, a campanha representa histórias, cuidado e esperança. Cada alimento doado carrega consigo a solidariedade de centenas de pessoas que acreditam no poder da cooperação para transformar vidas.

Ao completar 15 anos, o Natal Solidário se consolida como uma das maiores iniciativas sociais da cooperativa, reafirmando seu compromisso com a comunidade e com a construção de um futuro mais humano e solidário.



Cooperar é cuidar. E quem é Sicoob tem benefícios que comprovam isso.

No **Sicoob Noroeste de Minas**, ser cooperado é ter acesso a vantagens reais, pensadas para valorizar sua vida em todas as fases. E o melhor: **você já participa de tudo isso só por ser associado.**

Auxílio Familiar



Cobertura de até R\$ 6.000,00 para despesas com funeral, garantindo tranquilidade em momentos delicados.

Um benefício gratuito, oferecido com cuidado e respeito a quem faz parte da nossa cooperativa.

Resgate Eventual



Possibilidade de resgatar cotas-partes em condições especiais, disponível para cooperados com:

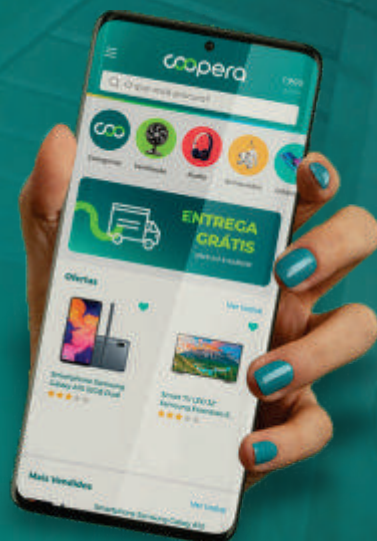
- 65 anos de idade e 35 anos de associação, ou
- 85 anos de idade, independente do tempo de associação.

Mais segurança e autonomia para você, quando mais precisar.

Cash Back



Cada **boleto pago** pelo APP Sicoob o associado ganha **10 pontos Coopera** para trocar por milhares de produtos.



Sicoob Noroeste de Minas. Mais que uma escolha financeira, uma parceria para a vida toda.





Fique atento: proteja seus dados e seu dinheiro!

A segurança do seu dinheiro também é prioridade no Sicoob. Por isso, fique de olho nessas dicas para evitar golpes e fraudes:

Nunca compartilhe senhas ou códigos

O Sicoob **nunca solicita senhas, tokens ou códigos por telefone, e-mail ou mensagens**. Mesmo que o número pareça confiável, **não informe seus dados**.

Cuidado com links suspeitos

Mensagens com links para “atualizar cadastro” ou “liberar limite” podem ser tentativas de golpe. **Sempre acesse o app Sicoob ou entre em contato direto com a cooperativa.**

Desconfie de ligações ou mensagens com urgência

Golpistas usam o medo e a pressa para enganar. Se receber uma ligação pedindo ações rápidas, **desligue e procure seu gerente**.

Use apenas canais oficiais

Baixe o app Sicoob nas lojas oficiais e fale com a gente pelos canais seguros. Em caso de dúvida, vá até uma de nossas agências.

Dica extra:

Ative notificações no app Sicoob para acompanhar movimentações em tempo real.



Prevenir é sempre o melhor caminho. Sicoob Noroeste de Minas, ao seu lado com segurança e responsabilidade.

++++++
++++++

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Relatório da Administração

31 de dezembro de 2025

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. – SICOOB NOROESTE DE MINAS

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB NOROESTE DE MINAS.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa Cooperativa

O SICOOB NOROESTE DE MINAS é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2025, o SICOOB NOROESTE DE MINAS registrou o total de 39 manifestações. Das reclamações, 9 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.



De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: reais

Resultados Financeiros do Período	31/12/2025
Sobras do Exercício antes das destinações e juros ao capital	10.393.674,10

Número de cooperados	31/12/2025
Total	19.183

Carteira de Crédito	31/12/2025
Carteira Rural	310.670.277,44
Carteira Comercial	528.305.640,52
Total	838.975.917,96

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 22,58% da carteira, no montante de R\$ 211.831.716,80.

Captações	31/12/2025
Depósitos à vista	145.307.764,96
Depósitos a prazo	322.181.535,73
LCA	210.830.020,21
TOTAL	678.319.320,90

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2025 o percentual de 31,78% da captação, no montante de R\$ 213.197.310,23

Patrimônio de referência	31/12/2025
Total	133.461.031,64

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

UNAÍ-MG, 31 de dezembro de 2025.

Balanço Patrimonial

COOPERATIVA DE CREDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS

SICOOB NOROESTE DE MINAS
CNPJ: 86.564.051/0001-61
Em Reais

	Notas	31/12/2025
ATIVO		1.159.224.069,56
DISPONIBILIDADES	5	2.563.425,14
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.045.002.432,46
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	36.709.828,04
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	7.143.838,95
Relações Interfinanceiras	6.6	188.411.104,21
Operações de Crédito	7	838.975.917,96
Outros Créditos	7	100.022.233,78
Outros Ativos Financeiros	9	7.638.559,57
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7	(133.899.050,05)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		2.324.357,62
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	2.324.357,62
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		56.025.479,23
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	56.025.479,23
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	570.599,41
OUTROS ATIVOS	11	43.533.607,09
IMOBILIZADO DE USO	12	14.690.225,75
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	50.309,75
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(5.536.366,89)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(5.511.865,45)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(24.501,44)
TOTAL DO ATIVO		1.159.224.069,56
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.159.224.069,56
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.017.671.014,20
DEPÓSITOS	14	467.489.300,71
Depósitos à Vista		145.307.764,96
Depósitos a Prazo		322.181.535,73
Outros Depósitos		0,02
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		210.830.020,21
Recursos por Emissão de Letras	15.1	210.830.020,21
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		250.826.359,84
Outras Relações Interfinanceiras	16.1	86,01
Repasse Interfinanceiros	16.2	250.826.273,83
OUTROS PASSIVOS		75.696.956,29
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.1	62.194.557,62
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.2	110.671,15
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.3	1.452.897,71
Outras Obrigações	17.5	11.938.829,81
PROVISÕES		12.828.377,15
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	18.1	4.515.162,39
Provisão para Pagamento a Efetuar	18.2	5.453.288,04
Provisão para Contingências	18.4	2.859.926,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	141.553.055,36
Capital Social		92.602.829,78
Reservas de Sobras		43.015.308,14
Sobras ou Perdas Acumuladas		5.934.917,44
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.159.224.069,56

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Sobras ou Perdas

COOPERATIVA DE CREDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS SICOOB NOROESTE DE MINAS CNPJ: 86.564.051/0001-61 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		116.330.752,16	216.381.028,73
Resultado de Operações de Crédito	7.4	96.192.791,95	179.184.280,45
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7.a	493.976,77	876.091,44
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7.b	1.267.770,01	3.957.328,39
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5	18.376.213,43	32.363.328,45
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(59.854.999,52)	(116.942.867,45)
Operações de Captação no Mercado	14.2	(41.965.304,92)	(76.929.601,13)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.3	(17.889.694,60)	(40.013.266,32)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		56.475.752,64	99.438.161,28
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(44.842.613,79)	(62.653.264,47)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.633.138,85	36.784.896,81
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(8.864.483,82)	(21.805.680,14)
Rendas de Tarifas Bancárias	22	3.356.539,75	6.623.951,36
Receitas de Prestação de Serviços	23	10.215.878,85	20.281.323,53
Despesas de Pessoal	24	(14.887.094,56)	(29.642.321,03)
Outras Despesas Administrativas	25	(9.678.829,50)	(19.010.333,21)
Despesas Tributárias	26	(482.340,80)	(996.379,30)
Outras Despesas Operacionais	27	(8.544.005,57)	(15.782.422,55)
Outras Receitas Operacionais	28	11.155.368,01	16.720.501,06
PROVISÕES	29	(839.694,44)	(1.717.784,62)
Provisões/Reversões para Contingências		106.541,01	(244.247,15)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(946.235,45)	(1.473.537,47)
RESULTADO OPERACIONAL		1.928.960,59	13.261.432,05
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(1.196.826,69)	(1.074.175,44)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		732.133,90	12.187.256,61
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		591.252,64	(871.948,86)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		373.829,07	(536.102,02)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		217.423,57	(335.846,84)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(921.633,65)	(921.633,65)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		401.752,89	10.393.674,10

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

COOPERATIVA DE CREDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS SICOOB NOROESTE DE MINAS CNPJ: 86.564.051/0001-61 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		401.752,89	10.393.674,10
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		401.752,89	10.393.674,10

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

COOPERATIVA DE CREDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS SICOOB NOROESTE DE MINAS CNPJ: 86.564.051/0001-61 Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		96.047.192,82	(482.191,16)	67.012.715,78	9.991.921,21	172.569.638,65
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(29.372.491,99)	(29.372.491,99)
Outros Eventos/Reservas		-	-	33.658,66	-	33.658,66
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.382.000,42	(68.331,42)	-	-	3.313.669,00
Por Devolução (-)		(6.274.440,88)	-	-	-	(6.274.440,88)
Estorno de Capital		(1.400,00)	-	-	-	(1.400,00)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(29.372.491,99)	29.372.491,99	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.476.160,77	1.476.160,77
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	401.752,89	401.752,89
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	5.341.425,69	(5.341.425,69)	-
FATES – Atos Cooperativos		-	-	-	(593.491,74)	(593.491,74)
Saldos em 31/12/2025		93.153.352,36	(550.522,58)	43.015.308,14	5.934.917,44	141.553.055,36
Saldos em 31/12/2024		95.611.984,01	(463.308,66)	90.163.906,94	(23.147.686,81)	162.164.895,48
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(29.372.491,99)	(29.372.491,99)
Outros Eventos/Reservas		-	-	30.154,31	-	30.154,31
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.965.165,48	(87.213,92)	-	-	4.877.951,56
Por Devolução (-)		(7.421.397,13)	-	-	-	(7.421.397,13)
Estorno de Capital		(2.400,00)	-	-	-	(2.400,00)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(52.520.178,80)	52.520.178,80	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.476.160,77	1.476.160,77
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	10.393.674,10	10.393.674,10
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	5.341.425,69	(5.341.425,69)	-
FATES – Atos Cooperativos		-	-	-	(593.491,74)	(593.491,74)
Saldos em 31/12/2025		93.153.352,36	(550.522,58)	43.015.308,14	5.934.917,44	141.553.055,36

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

COOPERATIVA DE CREDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB NOROESTE DE MINAS SICOOB NOROESTE DE MINAS CNPJ: 86.564.051/0001-61 Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		732.133,90	12.187.256,61
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		(6.995.646,83)	(6.995.646,83)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	(9.275,48)	(225.916,79)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		44.842.613,79	62.653.264,47
Provisões/Reversões Não Operacionais	29	946.235,45	1.473.537,47
Provisões/Reversões para Contingências		805.626,99	812.085,23
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(106.541,01)	244.247,15
Depreciações e Amortizações	28	(213.158,12)	(364.701,59)
	25	490.001,03	966.910,88
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		40.491.989,72	70.751.036,60
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		38.655.372,72	(39.034.185,66)
Títulos e Valores Mobiliários		(493.976,77)	(876.091,44)
Relações Interfinanceiras		7.827,65	-
Operações de Crédito		41.575.744,31	65.212.822,60
Outros Ativos Financeiros		(1.654.059,78)	24.583.636,75
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		524.405,24	(171.702,57)
Outros Ativos		(2.704.619,93)	(8.911.525,02)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista		(30.075.753,52)	(15.279.841,88)
Depósitos a Prazo		(6.233.230,49)	(16.085.775,93)
Outros Depósitos		-	(895.000,00)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(19.498.130,51)	(18.125.750,19)
Relações Interfinanceiras		(50.283.542,51)	(120.909.197,93)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(18.413.186,81)	(41.636.067,46)
Outros Passivos Financeiros		(1.793.247,56)	(450.815,26)
Provisões		1.270.607,46	3.041.140,20
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		272.066,66	166.490,90
Outros Passivos		232.979,37	2.317.366,97
FATES – Atos Cooperativos		(593.491,74)	(593.491,74)
Reversão/Realização de Fundos		1.476.160,77	1.476.160,77
Imposto de Renda Pago		(536.102,02)	(536.102,02)
Contribuição Social Pago		(335.846,84)	(335.846,84)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.108.034,58)	(96.292.739,15)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		9.275,48	63.455,97
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	162.460,82
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		6.995.646,83	6.995.646,83
Aquisição de Intangível		(27.237,73)	(27.237,73)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.306.819,36)	(2.433.953,36)
Aquisição de Investimentos		(7.058.832,74)	(7.489.550,50)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(2.387.967,52)	(2.729.177,97)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		3.313.669,00	4.877.951,56
Devolução de Capital aos Cooperados		(6.274.440,88)	(7.421.397,13)
Estorno de Capital		(1.400,00)	(2.400,00)
Outros Eventos/Reservas		33.658,66	30.154,31
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.928.513,22)	(2.515.691,26)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(13.424.515,32)	(101.537.608,38)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		204.399.044,67	292.512.137,73
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	190.974.529,35	190.974.529,35
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.424.515,32)	(101.537.608,38)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

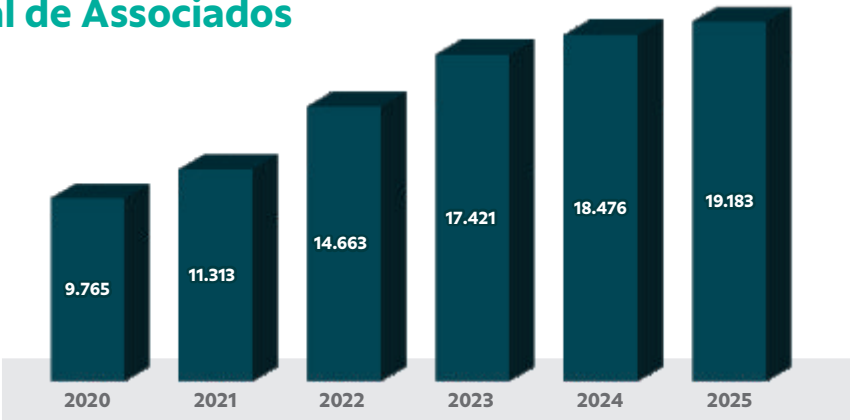
++++++
++++++

INDICADORES DE DESEMPENHO



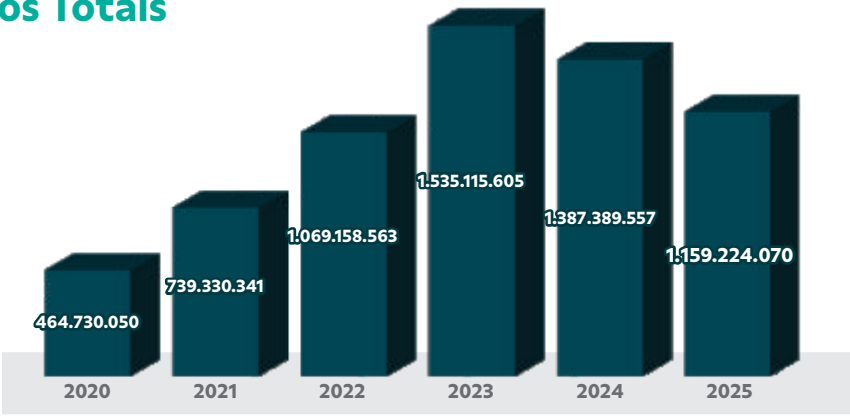


Total de Associados



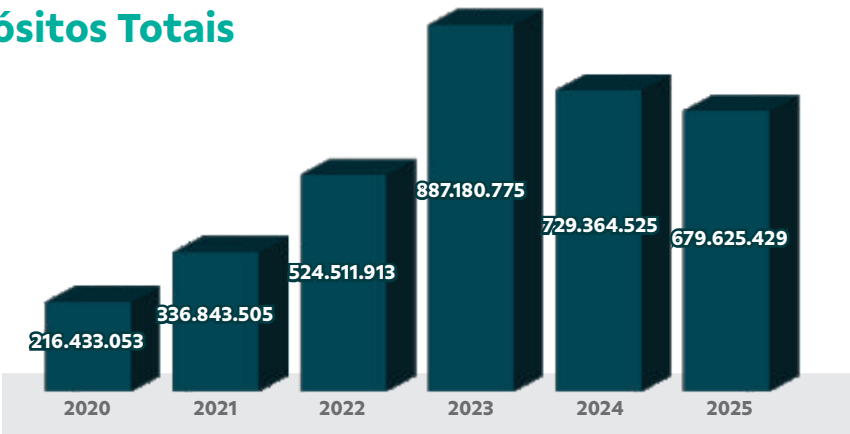
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	15,85%
2022	29,61%
2023	18,81%
2024	6,06%
2025	3,83%
TOTAL DO PERÍODO	96,45%

Ativos Totais



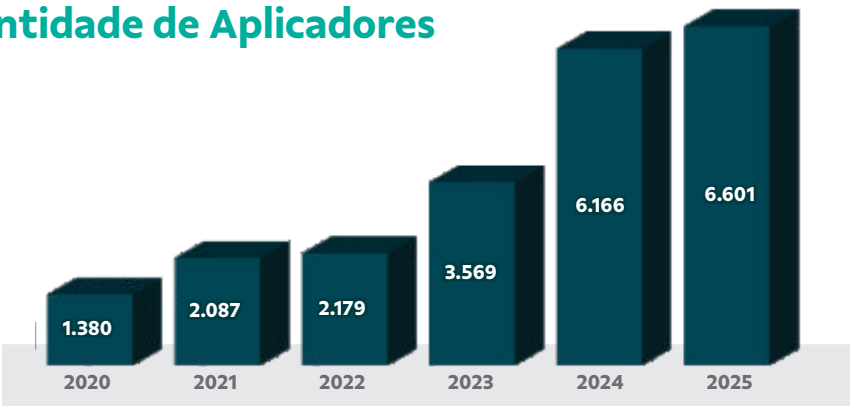
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	59,09%
2022	44,61%
2023	43,58%
2024	-9,62%
2025	-16,45%
TOTAL DO PERÍODO	149,44%

Depósitos Totais



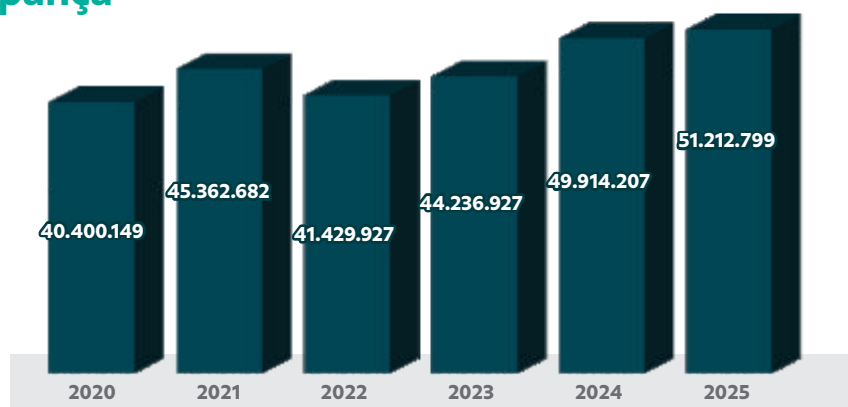
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	55,63%
2022	55,71%
2023	69,14%
2024	-17,79%
2025	-6,82%
TOTAL DO PERÍODO	214,01%

Quantidade de Aplicadores



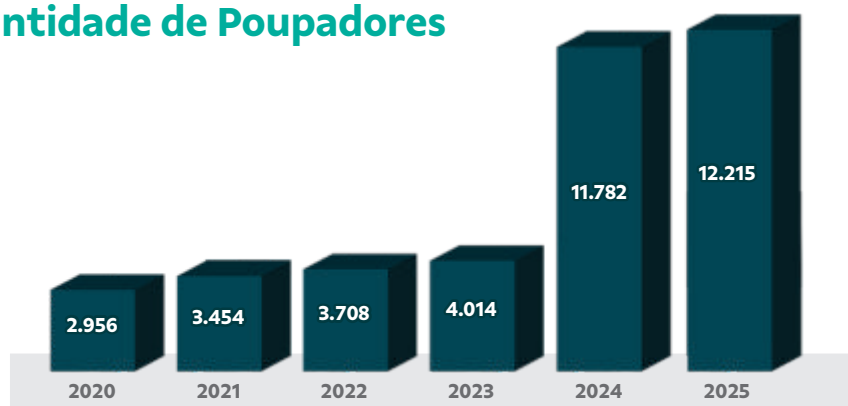
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	51,23%
2022	4,41%
2023	63,79%
2024	72,77%
2025	7,05%
TOTAL DO PERÍODO	378,33%

Poupança



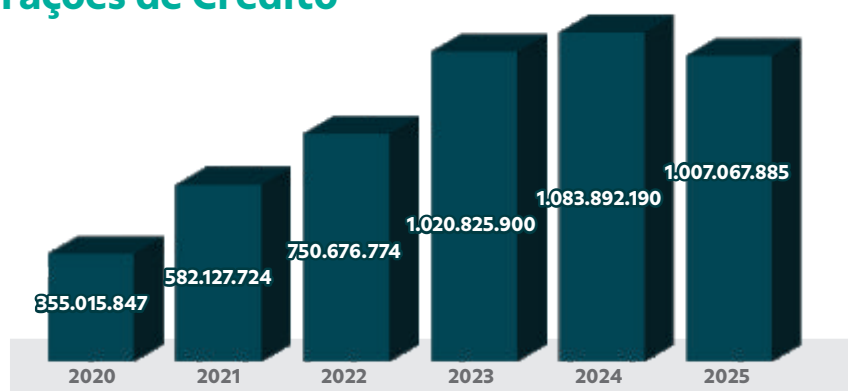
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	12,28%
2022	-8,67%
2023	6,78%
2024	12,83%
2025	2,60%
TOTAL DO PERÍODO	26,76%

Quantidade de Poupadores



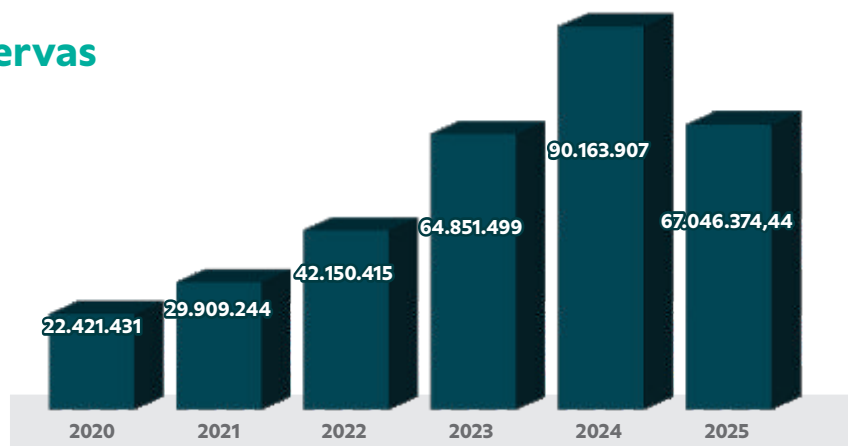
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	16,85%
2022	7,35%
2023	8,25%
2024	193,52%
2025	3,68%
TOTAL DO PERÍODO	313,23%

Operações de Crédito



EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	63,97%
2022	28,95%
2023	35,99%
2024	6,18%
2025	-7,09%
TOTAL DO PERÍODO	183,67%

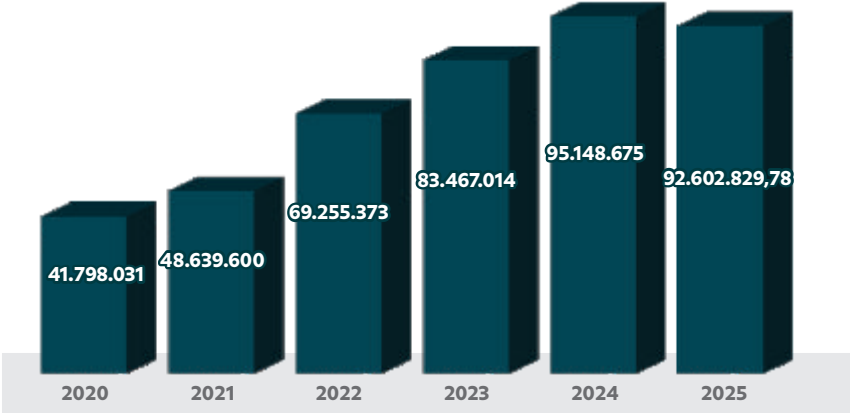
Reservas



EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	33,40%
2022	40,93%
2023	53,86%
2024	39,03%
2025	-25,64%
TOTAL DO PERÍODO	199,03%

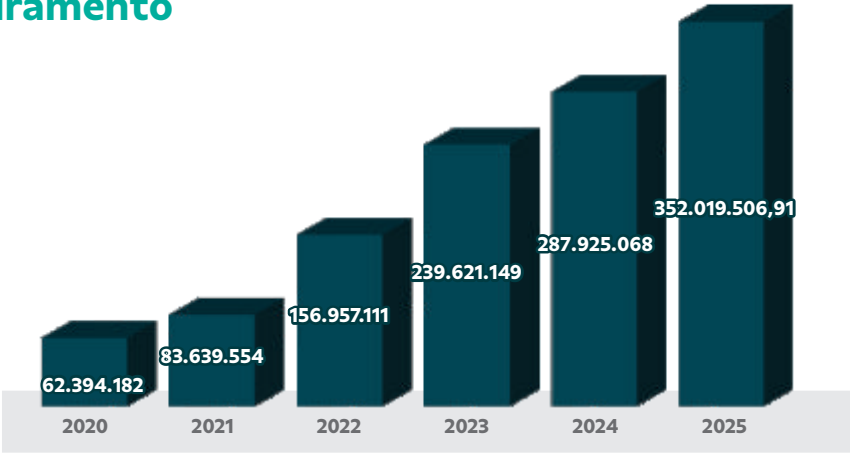


Capital Social



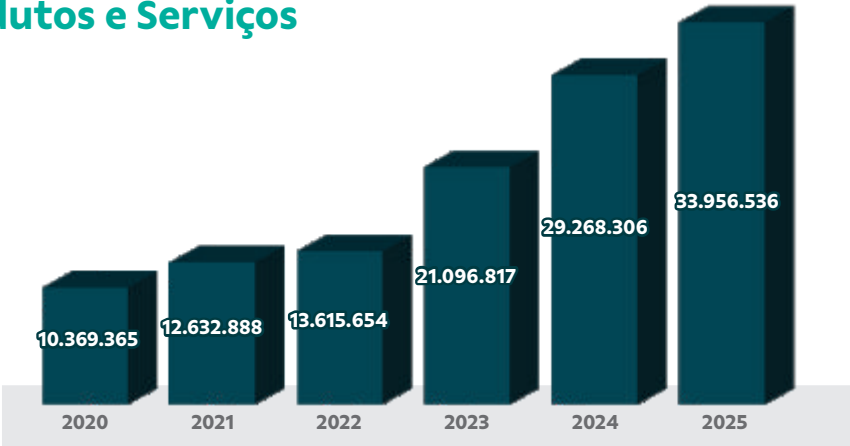
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	16,37%
2022	42,38%
2023	20,52%
2024	14,00%
2025	-2,68%
TOTAL DO PERÍODO	121,55%

Faturamento



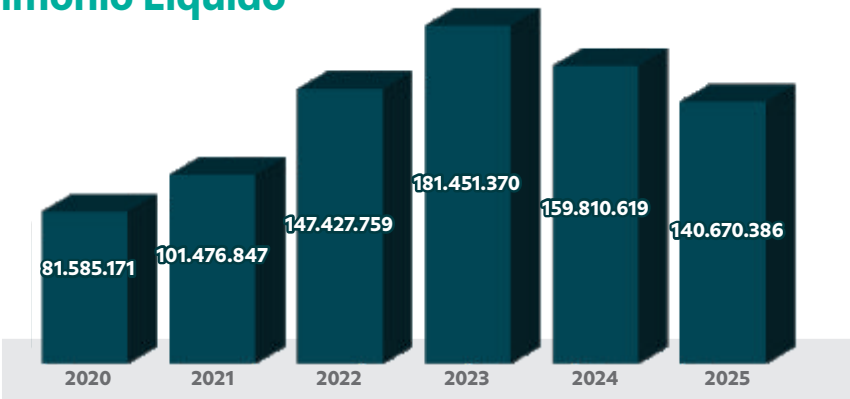
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	34,05%
2022	87,66%
2023	52,67%
2024	20,16%
2025	22,26%
TOTAL DO PERÍODO	464,19%

Produtos e Serviços



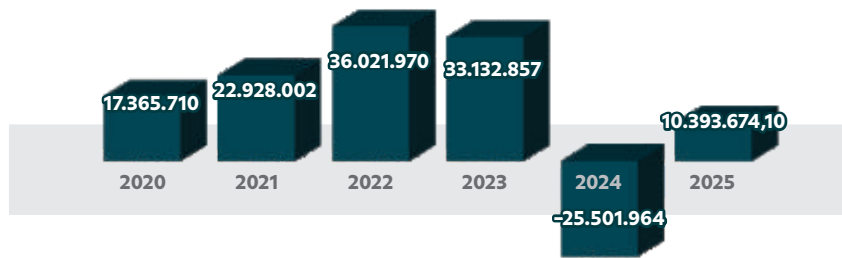
EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	21,83%
2022	7,78%
2023	54,95%
2024	38,73%
2025	16,02%
TOTAL DO PERÍODO	227,47%

Patrimônio Líquido



EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	24,38%
2022	45,28%
2023	23,08%
2024	-11,93%
2025	-11,98%
TOTAL DO PERÍODO	72,42%

Resultado Financeiro



EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	32,03%
2022	57,11%
2023	-8,02%
2024	-176,97%
2025	140,76%

**Ferramentas
para o seu
crescimento
financeiro.**

**O credenciamento
estratégico para o
seu negócio.** Venda
com as melhores taxas
do mercado, tecnologia
de ponta e o suporte de
quem entende o seu
faturamento.

sip2g



*Cuidando
de* **você**



Ganho Social: MAIS VANTAGENS PARA QUEM É COOPERADO

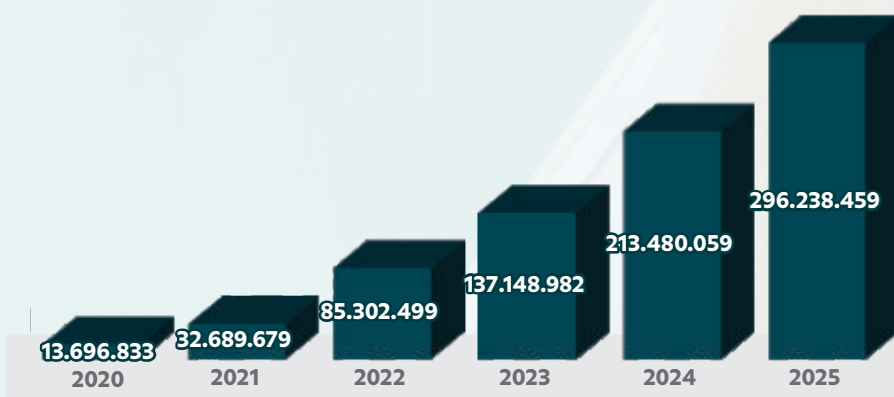
O Ganho Social demonstra, na prática, os benefícios que o cooperativismo de crédito gera para seus associados. Esse indicador é construído a partir da comparação das condições praticadas pelo Sicoob Noroeste de Minas com as mesmas, taxas, tarifas, linhas de crédito, produtos e serviços oferecidos pelo mercado financeiro tradicional.

O resultado revela o quanto nossos associados economizam de forma real ao escolher o Sicoob Noroeste de Minas como sua principal instituição financeira, por meio de taxas de crédito mais justas e melhores condições em produtos e serviços.

Em 2025, o valor médio do Ganho Social no Sicoob Noroeste de Minas foi superior a R\$ 17.500,00 por associado. Esse é o montante que, em média, cada cooperado economizou ao optar pela cooperativa, comprovando que os benefícios do cooperativismo vão muito além do relacionamento, eles se refletem diretamente no bolso do associado.

Mais do que números, o Ganho Social reforça o compromisso do Sicoob Noroeste de Minas em devolver valor aos seus associados, fortalecer sua saúde financeira e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Benefício Econômico Total



EVOLUÇÃO	
2020	-
2021	138,67%
2022	160,95%
2023	60,78%
2024	55,66%
2025	38,77%
TOTAL DO PERÍODO	2.062,82%



SICOOB
Noroeste de Minas

ÁREA DE ATUAÇÃO



ATUAÇÃO REGIONAL



UNAÍ

Agência Sede
Agência Capul
Agência Centro



ARINOS



BURITIS

EM BREVE



PARACATU



FORMOSO



SÃO SEBASTIÃO

ATUAÇÃO NACIONAL

**CONTA
DIGITAL**

Sicoob Noroeste de Minas

Abra sua conta no
App Sicoob e faça parte.
UTILIZE O
CÓDIGO **UNAÍ**



DIGITAL



SICOOB

Noroeste de Minas

**TUDO O QUE VOCÊ PRECISA ESTÁ
AQUI NA SUA COOPERATIVA**



PORTIFÓLIO DE PRODUTOS



Câmbio

Cartão de Crédito

Cartão de Débito

Cheque Especial/Conta Garantida

Consórcio Automóvel

Consórcio Bens Móveis

Consórcio Imóvel

Consórcio Moto

Consórcio Pesados

Consórcio Serviço

Coopcerto

Crédito Rural

Débito Efetivado

Empréstimo

Financiamento

Fundos de Investimento

LCA

LCI

PIX

Poupança

Previdência

RDC

Seguro Auto

Seguro Massificado

Seguro Patrimonial

Seguro Risco Financeiro

Seguro Rural

Seguro Vida Prestamista

Seguro Vida/Coletivo

SIPAG

Sicoob TAG

VGBL

NOVA CONTA DIGITAL

SICOOB NOROESTE DE MINAS

É digital na tecnologia.
Cooperativa no cuidado.



Crédito Pré Aprovado e Consignado CLT

Facilidade, agilidade e taxas que cabem
no seu bolso. Contrate 100% online e
resulta tudo sem sair de casa.

Sujeito à análise de crédito.



Tudo na palma da mão, 24h por dia

Acesse sua conta quando e onde
quiser, com autonomia total.



Movimente, pague e receba em poucos cliques

Transferências, pagamentos e controle
financeiro de forma simples e eficiente.



Cartão de crédito Sicoob

Mais praticidade
para o dia a dia.

Sujeito à análise de crédito.

Abra sua conta no
App Sicoob e faça parte.
UTILIZE O
CÓDIGO **UNAÍ**



++++++
++++++



NOTAS EXPLICATIVAS





Notas Explicativas

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. – SICOOB NOROESTE DE MINAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE DE MINAS LTDA. – SICOOB NOROESTE DE MINAS**, doravante denominado **SICOOB NOROESTE DE MINAS**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **29/04/1994**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB NOROESTE DE MINAS, sediado à **RUA SÃO JOSÉ, Nº 667, CENTRO, UNAÍ – MG**, possui: 6 Postos de Atendimento (PAs), físicos, nas seguintes localidades: ARINOS – MG, UNAÍ – MG, BURITIS – MG, FORMOSO – MG, SÃO SEBASTIÃO – DF, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB NOROESTE DE MINAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 20/03/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

– O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

– O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

– Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.



Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(ii) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;

b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;

c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e

d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.



Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;
- ii) pela venda, ou por;
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob estão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas

relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir –se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios



A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- intangíveis 20%.

3.14 Ativos Contingentes



Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro,

enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.23 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.24 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.25 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	162.164.895,48
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito (1)	(29.526.720,93)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	154.228,94
Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	132.792.403,49

(1) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos;

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	170.936.381,40	(116.132.705,16)	54.803.676,24	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(6.815.550,34)	6.815.550,34	-	-
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	288.251.413,16	-	288.251.413,16	Custo Amortizado
Operações de Crédito	Operações de Crédito	963.488.107,20	148.690,99	963.636.798,19	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas	(83.818.179,75)	(30.921.229,22)	(114.739.408,97)	Custo Amortizado
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	4.177.090,56	-	4.177.090,56	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(3.403.449,11)	161.624,27	(3.241.824,84)	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(779,78)	779,78	-	Custo Amortizado
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	94.287,42	94.287,42	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(3.465,06)	(3.465,06)	Custo Amortizado
	CPRF	-	116.138.243,11	116.138.243,11	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(6.140.303,93)	(6.140.303,93)	Custo Amortizado



Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	6.770.846,18	(94.287,42)	6.676.558,76	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		1.339.585.879,52	(29.932.814,88)	1.424.392.473,61	
Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	498.854.918,50	895.000,02	499.749.918,52	Custo Amortizado
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	228.955.770,40	-	228.955.770,40	Custo Amortizado
	Relações Interfinanceiras	371.735.557,77	-	371.735.557,77	Custo Amortizado
	Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	2.335.614,64	(560.322,89)	1.775.291,75	Custo Amortizado
Total Passivos Financeiros		1.101.881.861,31	334.677,13	1.102.216.538,44	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	2.563.425,14	-	2.563.425,14
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	188.411.104,21	-	188.411.104,21
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	190.974.529,35	-	190.974.529,35

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	32.363.328,45

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36.709.828,04	-	36.709.828,04
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	36.709.828,04	-	36.709.828,04
Títulos e Valores Mobiliários	7.143.838,95	-	7.143.838,95
Títulos Públicos Federais	7.143.838,95	-	7.143.838,95

a) Referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros no Banco Sicoob com remuneração média de 87% do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.324.357,62	-	-	2.324.357,62
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	2.324.357,62	-	-	2.324.357,62

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 99,83% do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	56.025.479,23	-	56.025.479,23
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	55.749.182,93	-	55.749.182,93
Participação em Autorizada Controlada por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviço (a)	276.296,30	-	276.296,30

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPI.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	36.709.828,04	2.324.357,62	-	39.034.185,66
TOTAL	36.709.828,04	2.324.357,62	-	39.034.185,66

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais – No País	-	7.143.838,95	-	7.143.838,95
TOTAL	-	7.143.838,95	-	7.143.838,95

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	43.853.666,99	-	43.853.666,99
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	2.324.357,62	-	2.324.357,62
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	56.025.479,23	-	56.025.479,23
TOTAL	102.203.503,84	-	102.203.503,84

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos – Centralização Financeira	188.411.104,21	-	188.411.104,21
TOTAL	188.411.104,21	-	188.411.104,21

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	876.091,44
TOTAL	876.091,44

b) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.957.328,39
TOTAL	3.957.328,39

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:



31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	39.034.185,66	-	-
Títulos Públicos Federais	7.143.838,95	-	-
TOTAL	46.178.024,61	-	-

7. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	456.137.971,99	(93.254.801,34)	362.883.170,65
Direitos Creditórios Descontados	8.768.883,65	(295.695,06)	8.473.188,59
Adiantamento a Depositantes	284.883,47	(207.692,76)	77.190,71
Cheque Especial	18.350.622,40	(5.138.442,05)	13.212.180,35
Financiamentos	44.763.279,01	(3.608.660,34)	41.154.618,67
Financiamentos Rurais	310.670.277,44	(9.404.673,13)	301.265.604,31
Total – Operações de Crédito	838.975.917,96	(111.909.964,68)	727.065.953,28
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados			
Créditos por Avals e Fianças Honrados	9.034.652,09	(6.710.502,84)	2.324.149,25
CPRF	87.697.762,10	(15.228.565,02)	72.469.197,08
Ativos não Financeiros – Concessão de Crédito	3.289.819,59	(50.017,51)	3.239.802,08
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	100.022.233,78	(21.989.085,37)	78.033.148,41
Total	938.998.151,74	(133.899.050,05)	805.099.101,69
Garantias financeiras prestadas			
Outras Fianças Bancárias	59.542,91	-	59.542,91
Outras Garantias Financeiras Prestadas	108.218.397,41	(3.248.829,22)	108.218.397,41
Total – Garantias financeiras prestadas	108.277.940,32	(3.248.829,22)	108.277.940,32
Total	1.047.276.092,06	(137.147.879,27)	910.128.212,79

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Próprios	
Custeio Pecuária – Recursos Próprios	1.245.505,65
Investimento Agricultura – Recursos Próprios	44.146.062,85
Investimento Pecuária – Recursos Próprios	20.184.803,67
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados à Vista	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados à Vista	23.285.981,07
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados à Vista	38.545.517,80
Investimento Agricultura – Recursos Direcionados à Vista	4.466.023,80
Investimento Pecuária – Recursos Direcionados à Vista	3.225.675,23
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados da Poupança Rural	22.706.998,70
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados da Poupança Rural	32.272.845,20
Investimento Agricultura – Recursos Direcionados da Poupança Rural	21.669.047,55
Investimento Pecuária – Recursos Direcionados da Poupança Rural	8.493.192,12
Industrialização Pecuária – Recursos Direcionados da Poupança Rural	37.203.898,93
Financiamentos Rurais – Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	
Custeio Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	11.654.778,35
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	9.117.954,71
Investimento Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	4.675.927,39
Investimento Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	4.549.542,29
Comercialização Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	2.855.524,21
Industrialização Agricultura – Recursos Direcionados de LCA	10.966.324,79
Financiamentos Rurais com Recursos de Fontes Públicas	
TOTAL	301.265.604,31

7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	59.701.330,86	7.933.591,17	17.018.628,89	84.653.550,92	10,09%
Setor Privado – Indústria	34.346.682,10	-	5.288.345,23	39.635.027,33	4,72%
Setor Privado – Serviços	134.248.449,08	7.913.877,19	1.380.825,68	143.543.151,95	17,11%
Pessoa Física	255.243.899,61	28.900.444,40	257.586.301,14	541.730.645,15	64,57%
Outros	1.999,86	15.366,25	29.396.176,50	29.413.542,61	3,51%
TOTAL	483.542.361,51	44.763.279,01	310.670.277,44	838.975.917,96	100,00%

7.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

Natureza da Operação	Renegociadas
Operações de Crédito	78.806.471,52
TOTAL	78.806.471,52

7.4 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	444.456,19
Rendas de Empréstimos	92.343.399,15
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.199.935,48
Rendas de Financiamentos	9.086.526,42
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	7.067.907,95
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	10.009.830,39
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	8.699.865,66
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	9.382.118,72
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos de Fontes Públicas	1.219.306,02
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	171.955,80
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	24.984.211,34
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	13.884.439,85
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	158.210,81
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(467.883,33)
TOTAL	179.184.280,45

7.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

31/12/2025				
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	34.633,79	250.249,68	284.883,47
Direitos Creditórios Descontados	8.222.606,38	152.123,48	394.153,79	8.768.883,65
Empréstimos	332.930.772,90	18.031.202,10	123.526.619,39	474.488.594,39
Financiamentos	38.852.921,97	1.713.055,27	4.197.301,77	44.763.279,01
Financiamentos Rurais	283.950.956,41	6.990.461,40	19.728.859,63	310.670.277,44
SUBTOTAL	663.957.257,66	26.921.476,04	148.097.184,26	838.975.917,96
Garantias Financeiras Prestadas	101.902.481,19	2.471.622,88	3.903.836,25	108.277.940,32
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	3.158.210,32	-	9.166.261,36	12.324.471,68
Títulos com Característica de Concessão de Crédito – CPRF (b)	57.598.256,16	2.764.350,81	27.335.155,13	87.697.762,10
SUBTOTAL	162.658.947,67	5.235.973,69	40.405.252,74	208.300.174,10
TOTAL	826.616.205,33	32.157.449,73	188.502.437,00	1.047.276.092,06

a) Outros Créditos são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.

b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:



Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	23.240,52	-	201,04	261.441,91	284.883,47
Direitos Creditórios Descontados	7.665.326,39	555.625,36	-	547.931,90	8.768.883,65
Empréstimos	44.546.614,10	138.793.958,32	238.241.648,39	52.906.373,59	474.488.594,39
Financiamentos	5.259.646,02	10.727.248,05	28.109.549,31	666.835,63	44.763.279,01
Financiamentos Rurais	29.103.809,09	172.993.595,35	98.880.080,91	9.692.792,09	310.670.277,44
SUBTOTAL	86.598.636,12	323.070.427,08	365.231.479,65	64.075.375,12	838.975.917,96
Garantias Financeiras Prestadas	11.478.420,56	49.916.195,28	45.795.281,07	1.088.043,41	108.277.940,32
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	240.533,68	2.635.888,75	703.286,24	8.744.763,01	12.324.471,68
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	9.000.583,39	35.834.837,72	32.568.165,65	10.294.175,34	87.697.762,10
SUBTOTAL	20.719.537,63	88.386.921,75	79.066.732,96	20.126.981,76	208.300.174,10
TOTAL	107.318.173,75	411.457.348,82	444.298.212,61	84.202.356,88	1.047.276.092,06

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	17.810.857,33	1,90%
10 Maiores Devedores	128.811.055,20	13,73%
50 Maiores Devedores	363.810.209,14	38,78%

7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	1.002.576.565,00	35.102.877,63	155.006.738,38	1.192.686.181,01
(-) Transferido para Estágio 1	-	(4.468.925,95)	(265.358,80)	(4.734.284,75)
(-) Transferido para Estágio 2	(17.294.083,34)	-	(251.348,41)	(17.545.431,75)
(-) Transferido para Estágio 3	(54.066.955,86)	(7.640.615,73)	-	(61.707.571,59)
(+) Transferido do Estágio 1	-	17.294.083,34	54.066.955,86	71.361.039,20
(+) Transferido do Estágio 2	4.468.925,95	-	7.640.615,73	12.109.541,68
(+) Transferido do Estágio 3	265.358,80	251.348,41	-	516.707,21
(+) Aquisição	333.376.009,98	11.365.549,49	35.084.204,26	379.825.763,73
(+) Apropriação de Juros	41.188.843,58	758.926,18	3.857.084,32	45.804.854,08
(-) Liquidação	(343.294.089,10)	(14.100.879,42)	(32.815.068,25)	(390.210.036,77)
(-) Liquidação Parcial	(140.596.612,67)	(5.219.793,83)	(4.890.390,32)	(150.706.796,82)
(-) Baixa para prejuízo	(7.757,01)	(1.185.120,39)	(28.930.995,77)	(30.123.873,17)
Saldo Final	826.616.205,33	32.157.449,73	188.502.437,00	1.047.276.092,06

7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	1.192.686.181,01
(+) Aquisição	379.825.763,73
(+) Apropriação de Juros	45.804.854,08
(-) Liquidação	(390.210.036,77)
(-) Liquidação Parcial	(150.706.796,82)
(-) Baixa para prejuízo	(30.123.873,17)
Saldo Final	1.047.276.092,06

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	2.223.148,28

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

31/12/2025				
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	9.851,99	197.840,77	207.692,76
Direitos Creditórios Descontados	29.305,03	1.368,80	265.021,23	295.695,06
Empréstimos	6.480.917,79	1.741.860,10	90.170.465,50	98.393.243,39
Financiamentos	466.361,57	188.466,69	2.953.832,08	3.608.660,34
Financiamentos Rurais	782.974,51	202.350,91	8.419.347,71	9.404.673,13
Garantias Financeiras Prestadas (a)	539.924,72	191.055,63	2.517.848,87	3.248.829,22
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	3.427,83	-	6.757.092,52	6.760.520,35
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	222.006,03	90.594,08	14.915.964,91	15.228.565,02
TOTAL	8.524.917,48	2.425.548,20	126.197.413,59	137.147.879,27

a) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	15.582.944,03	5.110.950,02	105.206.406,91	125.900.300,96
(-) Transferido para Estágio 1	-	(1.033.130,35)	(235.301,35)	(1.268.431,70)
(-) Transferido para Estágio 2	(604.017,76)	-	(277.292,89)	(881.310,65)
(-) Transferido para Estágio 3	(2.059.051,13)	(1.852.945,67)	-	(3.911.996,80)
(+) Transferido do Estágio 1	-	604.017,76	2.059.051,13	2.663.068,89
(+) Transferido do Estágio 2	1.033.130,35	-	1.852.945,67	2.886.076,02
(+) Transferido do Estágio 3	235.301,35	277.292,89	-	512.594,24
(+) Constituição Novas Operações	2.954.727,17	816.406,93	20.146.575,77	23.917.709,87
(+) Constituição Aumento de Provisão	1.311.620,18	744.351,51	41.999.868,30	44.055.839,99
(-) Reversão Total	(4.673.373,64)	(1.257.505,32)	1.441.034,77	(4.489.844,19)
(-) Reversão Parcial	(5.252.825,59)	(686.287,09)	(24.880.533,50)	(30.819.646,18)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(3.537,48)	(297.602,48)	(21.115.341,22)	(21.416.481,18)
Provisão Final	8.524.917,48	2.425.548,20	126.197.413,59	137.147.879,27

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	125.900.300,96
(+) Constituição Novas Operações	23.917.709,87
(+) Constituição Aumento de Provisão	44.055.839,99
(-) Reversão Total	(4.489.844,19)
(-) Reversão Parcial	(30.819.646,18)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(21.416.481,18)
Provisão Final	137.147.879,27

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	74.599.565,09
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	8.509.832,52
Provisões para Operações de Crédito	(120.062.830,80)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(24.433.498,11)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(1.266.333,17)
TOTAL	(62.653.264,47)



9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	4.151.684,25	-	4.151.684,25
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.2)	3.373.226,56	-	3.373.226,56
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.3)	113.648,76	-	113.648,76
TOTAL	7.638.559,57	-	7.638.559,57

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	23.972,08	-	23.972,08
Rendas de Cartões	1.247.847,23	-	1.247.847,23
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	2.491.950,75	-	2.491.950,75
Rendas de Domicílio Bancário	329.640,97	-	329.640,97
Rendas de Poupança	42.794,86	-	42.794,86
Rendas de Transações Interfinanceiras	15.421,66	-	15.421,66
Outras Rendas a Receber	56,70	-	56,70
TOTAL	4.151.684,25	-	4.151.684,25

9.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
PIS – Depósito Judicial	10.287,12	-	10.287,12
PIS Folha – Depósito Judicial	892.028,11	-	892.028,11
COFINS – Depósito Judicial	1.564.578,14	-	1.564.578,14
Interposição de Recursos Fiscais	105.305,59	-	105.305,59
Outros Devedores por Depósito em Garantia	801.027,60	-	801.027,60
TOTAL	3.373.226,56	-	3.373.226,56

9.3 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	113.648,76	-	113.648,76
TOTAL	113.648,76	-	113.648,76

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	404.131,54	404.131,54
CSLL não compensado no próprio exercício	-	157.728,39	157.728,39
ISS – imposto s/serviços – a compensar	-	1.647,56	1.647,56
PIS – a compensar	-	226,02	226,02
IOF – a compensar	-	1.220,03	1.220,03
Valores a restituir – PERDCOMP	-	4.602,69	4.602,69
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	1.043,18	1.043,18
TOTAL	-	570.599,41	570.599,41

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	100.366,09	-	100.366,09
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	279.638,86	-	279.638,86
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	28.738,50	-	28.738,50
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	4.117.547,27	-	4.117.547,27
Ativos em Estoque	2.790,35	-	2.790,35
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	4.210.190,11	48.259.725,64	52.469.915,75
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (Nota 11.2)	(673.343,60)	(21.933.772,77)	(22.607.116,37)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	9.141.726,64	-	9.141.726,64
TOTAL	43.533.607,09	-	43.533.607,09

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	3.789.375,80	-	3.789.375,80
Seguros Contratados a Receber	6.497,52	-	6.497,52
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	1.721,19	-	1.721,19
Estoque de Pontos	11.460,94	-	11.460,94
Pendências Avais	273.628,51	-	273.628,51
Outros Devedores Diversos	34.863,31	-	34.863,31
TOTAL	4.117.547,27	-	4.117.547,27

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	81.649,78	-	81.649,78
Processamento de Dados	119.299,87	-	119.299,87
Vale Refeição e Alimentação	342.225,00	-	342.225,00
Contribuições a Fundos	8.539.892,16	-	8.539.892,16
Software	6.193,41	-	6.193,41
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	52.466,42	-	52.466,42
TOTAL	9.141.726,64	-	9.141.726,64

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Móveis e Equipamentos em Estoque		66.856,65	-	66.856,65
Imobilizado em Curso (a)		67.670,46	-	67.670,46
Terrenos		3.767.500,00	-	3.767.500,00
Edificações	4%	2.004.666,65	(1.170.073,80)	834.592,85
Instalações	10%	852.744,66	(316.355,12)	536.389,54
Móveis e equipamentos de Uso	10% – 20%	5.966.841,19	(3.338.342,36)	2.628.498,83
Veículos	20%	885.307,02	(329.500,51)	555.806,51
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% – 20%	1.078.639,12	(357.593,66)	721.045,46
Subtotal		14.690.225,75	(5.511.865,45)	9.178.360,30



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	50.309,75	(24.501,44)	25.808,31
Total Intangível e Ágio		50.309,75	(24.501,44)	25.808,31

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	145.307.764,96	-	145.307.764,96
Depósitos a Prazo (b)	321.721.533,98	460.001,75	322.181.535,73
Outros Depósitos	0,02	-	0,02
TOTAL	467.029.298,96	460.001,75	467.489.300,71

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	67.592.007,56	10,08%
10 Maiores Depositantes	171.109.939,49	25,50%
50 Maiores Depositantes	287.513.569,84	42,86%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(44.120.204,64)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(31.605.394,51)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(97.404,42)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.106.597,56)
TOTAL	(76.929.601,13)

15. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	119.719.568,89	91.110.451,32	210.830.020,21
TOTAL	119.719.568,89	91.110.451,32	210.830.020,21

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.2 – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

16. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	86,01	-	86,01
TOTAL	86,01	-	86,01

16.2 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	173.087.481,84	108.766.822,49	281.854.304,33
(-) Despesas a Apropriar – Recursos do Banco Sicoob	(11.837.364,57)	(19.190.665,93)	(31.028.030,50)
TOTAL	161.250.117,27	89.576.156,56	250.826.273,83

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 9,26% ao ano, com vencimento até 23/01/2034.

16.3 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(29.073.465,83)
Cooperativa Central	(1.157.224,90)
Outras Instituições	(9.782.575,59)
TOTAL	(40.013.266,32)

17. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 17.1)	62.194.557,62	-	62.194.557,62
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 17.2)	110.671,15	-	110.671,15
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 17.3)	1.452.897,71	-	1.452.897,71
Outras Obrigações (Nota 17.5)	11.941.648,41	-	11.941.648,41
TOTAL	75.699.774,89	-	75.699.774,89

17.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País – Instituições Oficiais (a)	-	62.194.557,62	62.194.557,62
TOTAL	-	62.194.557,62	62.194.557,62

a) As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o BDMG correspondem a uma média de 11,33% ao ano, com vencimento até 10/11/2028.

17.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:



Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	92.745,21	-	92.745,21
Municipais	10.660,51	-	10.660,51
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.265,43	-	7.265,43
TOTAL	110.671,15	-	110.671,15

17.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	38.954,60	-	38.954,60
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.039.985,19	-	1.039.985,19
Outros (Nota 17.4)	373.957,92	-	373.957,92
TOTAL	1.452.897,71	-	1.452.897,71

17.4 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	344.190,39	-	344.190,39
ISSQN a Recolher	29.762,08	-	29.762,08
PIS Faturamento a Recolher	5,45	-	5,45
TOTAL	373.957,92	-	373.957,92

17.5 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (Nota 17.6)	6.878.792,55	-	6.878.792,55
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (Nota 17.7)	1.306.107,96	-	1.306.107,96
Credores Diversos - País (Nota 17.8)	3.693.128,54	-	3.693.128,54
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.820,33	-	4.820,33
Recursos em Trânsito de Terceiros (Nota 17.9)	55.980,43	-	55.980,43
TOTAL	11.938.829,81	-	11.938.829,81

17.6 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	916.111,29	-	916.111,29
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.987.536,94	-	3.987.536,94
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	1.975.144,32	-	1.975.144,32
TOTAL	6.878.792,55	-	6.878.792,55

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17.7 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros

O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

17.8 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	36.326,98	-	36.326,98
Valores a Repassar à Cooperativa Central	100.306,82	-	100.306,82
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	38.495,00	-	38.495,00
Diferença de Caixa	3.232,70	-	3.232,70
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	431.475,72	-	431.475,72
Pendências a Regularizar	328.807,41	-	328.807,41
Desconto Folha Pgto – Crédito Consignado	83.553,27	-	83.553,27
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	1.961.300,00	-	1.961.300,00
Outros Credores Diversos – País	706.812,04	-	706.812,04
Valores a Liquidar – Crédito do Trabalhador	2.818,60	-	2.818,60
TOTAL	3.693.128,54	-	3.693.128,54

17.9 Recursos em Trânsito de Terceiros

Os recursos em trânsito de terceiros que não sejam decorrentes de relação interdependência, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança de Terceiros em Trânsito	39.513,29	-	39.513,29
Convênio – Saneamento	13.740,44	-	13.740,44
Convênio – Recebimentos de Ordens de Terceiros	2.460,74	-	2.460,74
Convênio – Seguros	250,96	-	250,96
Convênio – Telefonia Recarga On-Line	15,00	-	15,00
TOTAL	55.980,43	-	55.980,43

18. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 18.1)	4.515.162,39	-	4.515.162,39
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 18.2)	5.453.288,04	-	5.453.288,04
Provisão para Contingências (Nota 18.4)	2.859.926,72	-	2.859.926,72
TOTAL	12.828.377,15	-	12.828.377,15

18.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.266.333,17	-	1.266.333,17
Garantias Financeiras Prestadas (a)	3.248.829,22	-	3.248.829,22
TOTAL	4.515.162,39	-	4.515.162,39

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	108.218.397,41
Outras Fianças Bancárias	59.542,91
TOTAL	108.277.940,32



18.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.742.663,13	-	2.742.663,13
Custos de Transações Interfinanceiras	14.262,15	-	14.262,15
Seguro Prestamista	857.977,48	-	857.977,48
Despesas com Cartões	616.574,55	-	616.574,55
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	355.536,13	-	355.536,13
Segurança e Vigilância	10.127,77	-	10.127,77
Manutenção e Conservação de Bens	3.121,64	-	3.121,64
Transporte	5.368,83	-	5.368,83
Seguro	65.090,07	-	65.090,07
Compensação	14.533,17	-	14.533,17
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	768.033,12	-	768.033,12
TOTAL	5.453.288,04	-	5.453.288,04

18.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

18.4 Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
PIS FOLHA	911.462,53
COFINS	1.564.578,14
Outras Contingências	383.886,05
TOTAL	2.859.926,72

18.5 Depósitos Judiciais – Ativo

31/12/2025	
Descrição	Depósitos Judiciais
PIS	10.287,12
PIS FOLHA	892.028,11
COFINS	1.564.578,14
Interposição de Recursos Fiscais Lei 9.703/98	105.305,59
Outros	801.027,60
TOTAL	3.373.226,56

18.6 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	228.649,33	2.387.514,96	2.616.164,29
Constituição da provisão	144.390,83	132.447,68	276.838,51
Reversão da provisão	(373.040,16)	-	(373.040,16)
Atualização durante o exercício	-	339.964,08	339.964,08
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	2.859.926,72	2.859.926,72

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ R\$ 27.234.620,29. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas – partes.

No período de 31/12/2025, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 294.600,00 com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	92.602.829,78
Associados	19.183

19.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 30.154,31. Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

19.3 Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela absorção das perdas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 do Fundo de Reserva, no valor de R\$ 23.147.686,81.

19.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Absorção do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021

Descrição	Valores
Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	10.393.674,10
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(29.372.491,99)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	29.372.491,99
Sobra Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	10.393.674,10
Reversão devido utilização do FATES – CCI 797/2020 – AC	1.476.160,77
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	11.869.834,87
Destinação para o Fundo de Reserva (45%) (b)	(5.341.425,69)
Destinação para o FATES – atos cooperativos (5%) (c)	(593.491,74)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	5.934.917,44

a) Foi decidido, pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 30/12/2025, utilização de recursos do Fundo de Reserva para a absorção dos efeitos do ajuste de transição realizados em sobras ou perdas acumuladas decorrente da aplicação dos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no montante de R\$ 29.372.491,99. Os principais aspectos de ajustes estão relacionados à mudança do cálculo da provisão para as operações de crédito. Essa decisão será levada à Assembleia Geral Ordinária de 2026 para deliberação e ratificação da utilização do Fundo de Reserva.

b) 45 % para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.



A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	8.457.761,24
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(1.461.695,87)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(1.197.263,15)
Resultado Operacional	5.798.802,22
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	(1.074.175,44)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	4.724.626,78
IRPJ/CSLL	(871.948,86)
Deduções de Receitas com Associados – Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CCI1.762/25 (a.1) (a.2)	(5.065.634,25)
Resultado de Atos Não Cooperativos (prejuízo líquido)	(1.212.956,33)

a.1) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

a.2) Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

21. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(76.929.601,13)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(40.013.266,32)
TOTAL	(116.942.867,45)

22. Rendas de Tarifas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	3.249.374,14
Rendas de Serviços Prioritários – PF	245.108,53
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	46.354,50
Rendas de Serviços Especiais – PF	57.739,00
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	2.138.977,60
Rendas de Outras Tarifas – PJ	886.397,59
TOTAL	6.623.951,36

23. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	858.333,66
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	2.128.377,37
Rendas de Convênios	155.714,41
Rendas de Comissão de Outros Serviços	52.562,64
Rendas de Comissão Plano de Saúde	26.988,87
Rendas de Outros Serviços	429.251,96
Rendas de Comissão de Seguros	3.492.381,64
Rendas de Comissão de Previdência	9.034,98
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	3.162.761,95
Rendas de Credenciamento	5.950,02
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.010.498,30
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	24.655,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	5.982.368,20
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.128.606,44
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.813.838,09
TOTAL	20.281.323,53

24. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(260.269,76)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.008.450,82)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(6.683.768,75)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(5.399.035,05)
Despesas de Pessoal – Proventos	(14.203.713,14)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(57.323,71)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(29.759,80)
TOTAL	(29.642.321,03)

25. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(347.268,45)
Despesas de Aluguéis	(757.816,01)
Despesas de Comunicações	(507.962,36)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(902.593,69)
Despesas de Material	(207.116,16)
Despesas de Processamento de Dados	(2.665.671,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.909.024,04)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(353.682,08)
Despesas de Publicações	(5.778,46)
Despesas de Seguros	(130.941,30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.095.446,87)
Despesas de Serviços de Terceiros	(707.973,95)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(960.551,59)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.918.598,45)
Despesas de Transporte	(438.755,49)
Despesas de Viagem no País	(337.146,76)
Despesas de Amortização	(1.817,62)
Despesas de Depreciação	(965.093,26)
Outras Despesas Administrativas (Nota 25.1)	(3.797.095,65)
TOTAL	(19.010.333,21)

25.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(313,50)
Condomínio	(4.500,00)
Contribuição Sindical Patronal	(373,63)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.280.235,71)
Copa/Cozinha	(17.602,53)
Lanches e Refeições	(179.002,08)
Uniformes e Vestuários	(46.281,00)
Contribuição a OCE	(216.519,75)
Medicamentos	(4,00)
Mensalidades Diversas	(10.229,00)
Rateio de Despesas da Central	(1.282.054,86)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(295.007,99)
Desp. Centro de Serv. Compart. – CCS	(421.678,28)
Outras Despesas Indedutíveis	(112,03)
Outras Despesas Administrativas	(43.181,29)
TOTAL	(3.797.095,65)

26. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(289.390,74)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(345.274,96)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(310.527,55)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(51.186,05)
TOTAL	(996.379,30)



27. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(9.838.231,39)
Outras Contribuições Diversas	(233.126,96)
Perdas – Práticas Inadequadas	(3.224,80)
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	(1.872,24)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(36.663,37)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.357.881,00)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(4.311.422,79)
TOTAL	(15.782.422,55)

28. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	824.941,47
Dividendos	63.455,97
Distribuição de Sobras da Central	162.460,82
Atualização Depósitos Judiciais	364.701,59
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.205.330,24
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	5.845.930,02
Juros ao Capital	6.962.193,66
Outras Rendas Operacionais	43.799,51
Rendas de Aluguéis	1.247.687,78
TOTAL	16.720.501,06

29. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(144.390,83)
Provisões para Outras Contingências	(472.896,48)
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	373.040,16
Provisões/Reversões para Contingências	(244.247,15)
Provisões para Garantias Prestadas	(5.389.420,41)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	3.915.882,94
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(1.473.537,47)
TOTAL	(1.717.784,62)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	130.101,32
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	3.166.285,47
Ganho de Capital	258.858,76
Receitas não Operacionais	3.555.245,55
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(576.285,47)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(3.978.370,70)
(-) Perda de Capital	(74.072,52)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(692,30)
(-) Despesas não Operacionais	(4.629.420,99)
TOTAL	(1.074.175,44)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	4.657.638,80
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	17.297,78
Taxa média (a.m.)	
Empréstimos	1,36%
Financiamentos	1,36%
Prazo médio (meses)	
Empréstimos	31
Financiamentos	107
Operações Passivas	
Depósitos	2.396.028,04
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	361.167,13
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	96,47%
Taxa Média – LCA (a.m.)	1,14%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	70
Prazo Médio – LCA (meses)	24
Garantias prestadas	27.725.126,09
Capital social	526.028,67
Remuneração	
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.628.094,44)
Encargos sociais	(624.108,32)
Benefícios	(200.913,41)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB NOROESTE DE MINAS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.



O SICOOB NOROESTE DE MINAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (Nota 6.6)	188.411.104,21
Ativo – Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	55.749.182,93
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber (Nota 9.1)	2.491.950,75
Total de Operações Ativas	246.652.237,89
Receitas	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	32.363.328,45
Despesas	
Rateio de Despesas da Central (Nota 25.1)	(1.282.054,86)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	133.461.031,64
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	893.803.141,39
Índice de Basileia (mínimo 12%)	14,93%
Imobilizado para cálculo do limite	9.178.360,30
Índice de imobilização (limite 50%)	6,88%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(145.688,94)
TOTAL	(145.688,94)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.



O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔE VE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário -base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.



As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

UNAÍ-MG

ALON DA COSTA VALE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DANIEL BEN HUR DO COUTO
DIRETOR DE NEGÓCIOS

WILLIANE FERNANDA BARROSO
CONTADORA – CRC/MG-092.906-O

++++++
++++++

PARECER DA AUDITORIA





Parecer Sobre Demonstrações Contábeis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Noroeste de Minas Ltda. - SICOOB NOROESTE DE MINAS
Unaí- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Noroeste de Minas Ltda. - SICOOB NOROESTE DE MINAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB NOROESTE DE MINAS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase – Absorção dos ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19.4.a às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que descreve a utilização de parcela do Fundo de Reserva da Cooperativa para absorção do ajuste decorrente da adoção inicial, em 1º de janeiro de 2025, da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme decisão do Conselho de Administração, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de 2026 para ratificação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 30 de março de 2026.



Elisângela de Cássia Lara

Contador CRC MG 086.574/O

++++++
++++++



PARECER DO CONSELHO FISCAL





Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Unaí Ltda. – Sicoob Noroeste de Minas, reunidos em 02 de abril de 2026, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Unaí-MG, 02 de abril de 2026.



BRUNO ALTINO DE BARROS
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO



MARCUS ANTÔNIO RIBEIRO DE CASTRO
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO



JAICLER FERREIRA DE ANDRADE
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

O cartão
ideal para
sua compra
está aqui!



NOVA
CONTA DIGITAL
SICOOB NOROESTE DE MINAS

Abra sua conta no
App Sicoob e faça parte.
UTILIZE O
CÓDIGO **UNAÍ**



SICOOB
Noroeste de Minas



CENTRAL
de relacionamento

Comunicação integrada e foco no associado

Em 2024, a Central de Relacionamento do Sicoob Noroeste de Minas passou a atuar de forma integrada com todas as agências da cooperativa, ampliando sua capacidade de atendimento e fortalecendo o vínculo com os associados.

A Central assumiu um papel estratégico na comunicação direta com os cooperados, realizando o envio de mensagens SMS com informações importantes, campanhas e orientações sobre produtos e serviços. Além disso, passou a atuar no esclarecimento de dúvidas do dia a dia, dando mais agilidade ao atendimento. Quando necessário, as demandas são direcionadas aos gerentes, garantindo um atendimento completo e resolutivo.

Essa estrutura reforça o compromisso do Sicoob com a eficiência, proximidade e atenção personalizada, garantindo que cada associado se sinta bem atendido e seguro em todos os canais de relacionamento da cooperativa.

*Um canal para
ouvir você!*

(38) 99947-8271



SICOOB

Noroeste de Minas



Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. On the right side, there are two decorative curved lines that start from the edge and curve upwards and outwards, resembling stylized brackets or parentheses. The overall appearance is that of a clean, unused piece of stationery.



Dúvidas? Reclamações? Sugestões?

Central de Atendimento Sicoob

Dúvidas relacionadas ao uso dos canais de autoatendimento

4000 1111*

Capitais e regiões metropolitanas

0800 642 0000

Demais localidades

Atendimento 24 horas

Central de Relacionamento Sipag

3004 2013

Capitais e regiões metropolitanas

0800 757 1013

Demais localidades

De segunda a sexta, das 8h às 22h

Central de Suporte ao App Sipag

3004 8925

Capitais e regiões metropolitanas

De segunda a sexta, das 8h às 18h

Central de Atendimento Sipaguinha

3004 9474

Capitais e regiões metropolitanas

0800 729 7474

Demais regiões

De segunda a sexta, das 8h às 20h

Ouvidoria

0800 646 4001

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Central de Atendimento COOPERA

3003 3965

Regiões metropolitanas

0800 879 0334

Demais regiões

Atendimento 24 horas

Central de Relacionamento Sicoob Noroeste de Minas

(38) 99996-4283



Central de Atendimento Sicoobcard

Dúvidas, roubo ou perda do cartão

4007 1256*

Capitais e regiões metropolitanas

0800 702 0756

Demais localidades

(55 61) 3030 6767

Exterior a cobrar

Atendimento 24 horas

Central de Atendimento Sicoobcard BLACK

Dúvidas, roubo ou perda do cartão

4007 1289*

Capitais e regiões metropolitanas

0800 704 8989

Demais localidades

(55 61) 3030 6767

Exterior a cobrar

Atendimento 24 horas

Central de Atendimento Coopcerto

4007 1253*

Regiões metropolitanas

0800 600 8253

Demais regiões

Atendimento 24 horas

Ouvidoria

0800 646 4001

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Serviço de Atendimento ao Consorciado

4007 1905*

Capitais e regiões metropolitanas

0800 607 3636

Capitais e regiões metropolitanas

De segunda a sexta, das 8h às 19h

Ouvidoria

0800 722 6555

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Atendimento Sicoob Seguradora

3004 9816

Capitais e regiões metropolitanas

0800 595 1020

Demais localidades

De segunda a sexta, das 9h às 20h

Atendimento Sicoob Previ

3003 3960

Capitais e regiões metropolitanas

0800 879 0333

Demais localidades

De segunda a sexta, das 9h às 18h

Ouvidoria Sicoob

Caso já tenha procurado os canais de atendimentos e a solução não tenha atendido suas expectativas, entre em contato com a ouvidoria.

Reclamações, elogios e sugestões

0800 725 0996

De segunda a sexta, das 8h às 20h

Deficientes auditivos ou de fala

0800 940 0458

De segunda a sexta, das 8h às 20h

Para saber sobre os demais produtos, entre em contato com sua cooperativa ou consulte www.sicoob.com.br

* Caso a localidade não possua o serviço 4000 ou 4007 é necessário informar o número da operadora mais o DDD 61: (0 xx 61 4007 1256).





/sicoobnoroestedeminas



/sicoobnoroestedeminas



www.sicoobnoroestedeminas.com.br



(38) 3676-1532



SICOOB

Noroeste de Minas

Cuidando
de **VOCÊ**

